

FINANÇAS PÚBLICAS

Planalto retoma idéia de taxaço para inativos

Proposta, já barrada na Justiça e no Congresso, vira alternativa para pagar reajuste do mínimo

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA – Sem alternativas viáveis de fontes extras de receita para pagar o aumento do salário mínimo, o governo agora quer retomar a proposta de cobrar contribuição previdenciária dos servidores inativos. “Nós não jogamos a toalha e estamos convencidos de que é preciso retomar essa discussão”, afirmou o secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira. “É uma decisão de governo.”

Derrotado no Congresso e no Judiciário todas as vezes que

tentou fixar a contribuição dos inativos, o governo acha que o tema agora pode tomar impulso, com a discussão sobre a busca de fontes de receita para elevar o mínimo para R\$ 180. Por enquanto, todas as sugestões do Planalto ou de seus líderes no Congresso mostraram-se parcial ou totalmente inviáveis.

Respaldo na emenda constitucional que taxa as aposentadorias dos inativos, em tramitação na Câmara, o governo inseriu no Orçamento de 2001 a receita de R\$ 1,4 bilhão. Essa previsão está condicionada à aprovação da emenda até março. Considerando os três meses exigidos por lei para iniciar a cobrança, o governo poderia arrecadar esse montante a partir de julho.

Relator – Como a contribuição dos inativos é polêmica, o relator do Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO), antecipou-se e não incluiu a receita de R\$ 1,4 bilhão em seu relatório. “O governo quer comprometer o Congresso com a aprovação de uma proposta impopular e controversa, mas ninguém pisa nessa casca de banana”, afirmou um dirigente de partido aliado.

“Depois de seis anos fixando

o valor do mínimo por medida provisória, o governo tenta agora pegar carona no mínimo para aumentar impostos e criar contribuições”, criticou o líder do PT na Câmara, Aloízio Mercadante (SP). Por três vezes os governistas tentaram aprovar, na reforma previdenciária, a cobrança dos inativos. Agora, o governo reapresentou a proposta, em novo modelo: tenta negociar uma alíquota de 11% sobre a parcela do vencimento superior a R\$ 1.350. Abaixo desse limite, o servidor estaria isento.

O líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), reconhece a dificuldade de retomar a discussão da proposta, estacionada em comissão especial da Câmara. “É um tema que o Congresso terá de enfrentar mais cedo ou mais tarde.”

PREVISÃO
É CONSEGUIR
R\$ 1,4 BILHÃO
EM 2001